



# Jornal do MAB

Edição nº 38 | Janeiro 2025

Foto: Marcelo Aguiar / MAB



## É tempo de avançar

Diante da atual situação, não basta apenas resistir contra a agressividade e ofensiva das forças burguesas de caráter fascista. **É fundamental unir forças, ousar e avançar em direção a uma sociedade livre de exploração, discriminação e opressão.**

Tudo indica que o mundo está ingressando em uma nova época histórica, de grandes mudanças e longa transição na hegemonia global, e abrirá oportunidades de construção de sociedades de elevado grau de desenvolvimento humano.

Evidentemente, para impedir os avanços progressistas da humanidade, as forças burguesas dos países tipicamente capitalistas recorrem ao fascismo, um ins-

trumento de terror e violência extrema contra os trabalhadores/as e aqueles que lutam por mudanças.

Para evitar o retrocesso e a penumbra histórica, nossa tarefa é avançar na linha orientada por Florestan Fernandes, que nos ensinou que **“não é possível combater o fascismo sem combater o capitalismo e o imperialismo”**.

E para aproveitar as oportunidades que virão, consideramos importante avançar:

1. **No conhecimento da teoria marxista:** este é o caminho para a vitória da classe trabalhadora;
2. **Na organização da classe trabalhadora,** considerando que

*“se a organização é forte, a luta é forte”;*

3. Na cultura e **propaganda** para forjar a consciência de classe;

4. Na **agitação política**, trabalhando pela união e pelo entendimento das lutas dos povos;

5. Na construção de **Estado** moderno, que seja verdadeiramente capaz de representar os interesses da maioria do povo brasileiro;

6. Com **governos progressistas**, de horizontes para mudanças estruturais e alterar a correlação de forças a nosso favor;

7. **Na organização da organização.** Ou seja, trabalhar pelo crescimento de nosso Movimento.

Mudanças Climáticas: do Rio Grande do Sul à Amazônia **pág. 02**

Internacionalizando a luta dos atingidos: rumo ao IV Encontro dos atingidos por barragens e crise climática **pág. 04**

Uma década de luta por justiça na Bacia do Rio Doce **pág. 05**



# Mudanças Climáticas: do Rio Grande do Sul à Amazônia, MAB levou solidariedade e promoveu articulação entre os atingidos pelos eventos extremos

O ano de 2024 foi marcado por extremos climáticos, que resultaram em desastres de grande escala, indicando o acelerado colapso climático e ambiental provocado por um modelo econômico cada vez mais predatório

O ano de 2024 foi marcado por extremos climáticos, que resultaram em desastres de grande escala, indicando o acelerado colapso climático e ambiental provocado por um modelo econômico cada vez mais predatório.

Segundo dados do Observatório de Clima e Saúde da Fiocruz, **de janeiro a novembro de 2024, foram registrados 896 eventos extremos na natureza**. As cheias que devastaram o Rio Grande do Sul entre abril e maio deixaram, pelo menos, **183 mortos e cerca de 2 milhões de atingidos**. Potencializada por uma má gestão política no estado, essa se tornou uma das maiores tragédias climáticas do país, mas não foi a única de grandes proporções neste ano.

Na região Norte do Brasil, constatou-se uma seca histórica com efeitos severos sobre o modo de vida da população. No estado do Amazonas, todos os **62 municípios decretaram emergência pública** devido ao prolongado

período de estiagem. Em Porto Velho (RO), o Rio Madeira chegou à **mínima histórica de 19 cm**. Em toda a região amazônica, a seca isolou cidades pelas baixas dos rios, prejudicando, especialmente, comunidades tradicionais que ficaram sem acesso à água, comida e medicamentos.

Embora as populações ribeirinhas da Amazônia sejam as mais vulneráveis, o desmatamento que contribui largamente com a intensificação das mudanças climáticas não atinge apenas a região Norte, mas todo o Brasil.

Devido à dinâmica atmosférica dos ventos que, ao invés de trazerem umidade e chuvas do Norte-Sul, trouxeram, em 2024, fumaça, cinzas e fuligem, impactando a qualidade do ar e, também, modificando a coloração das chuvas, no fenômeno que ficou conhecido como “chuva preta”, um novo marco da crise climática no Brasil. O Pantanal também sofreu com os episódios recorrentes das queimadas, que

afetaram diretamente a qualidade de vida da população e destruíram áreas protegidas. Entre o Norte e o Sul, todas as regiões sofreram em algum nível com o calor desproporcional, tempestades, queimadas ou secas severas.

## O MAB E OS ATINGIDOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Diante deste contexto, o MAB tem denunciado que **os impactos das mudanças climáticas atingem diferentes grupos sociais de maneiras e intensidades desiguais**. Além disso, o Movimento problematiza as responsabilidades históricas pelos impactos ambientais e as desigualdades nas emissões que geram esse cenário.

Desde 2023, a organização está articulando os atingidos pelos desastres climáticos, que enfrentam desafios parecidos com os dos atingidos por barragens. O que todos têm em comum? Em ambos os casos residem em zonas de risco e estão sujeitos a diversas inseguranças: o risco de perder sua vida, sua família, sua moradia, suas condições de trabalho. Nas duas situações também é preciso responsabilizar grandes empreendimentos por sua atuação predatória e o estado pela negligência em muitos casos.

Por isso, o MAB tem feito uma profunda reflexão sobre o conceito de “atingido”. Afinal, assim como a reparação e a segurança para as comunidades afetadas







Foto: Francisco Proner / MAB

por barragens, a justiça para os atingidos pelas mudanças climáticas é um direito humano que deve ser garantido pelo Estado.

### COZINHAS SOLIDÁRIAS: ESPAÇO DE ACOLHIDA E ORGANIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, as enchentes atingiram principalmente as regiões de vales dos rios Taquari, Jacuí, Gravataí, Guaíba e da Lagoa dos Patos. As famílias que sobreviveram ao desastre perderam suas casas, móveis, eletrodomésticos, meios de transporte e, também, tiveram sua saúde física, emocional e mental afetadas. Também houve impactos devastadores na agricultura do estado. As enchentes atingiram as benfeitorias e maquinários das propriedades e diversas culturas agrícolas, prejudicando não apenas a segurança alimentar das famílias diretamente atingidas, mas de toda a população que acessa seus alimentos.

Entre os meses de maio e outubro, voluntários do MAB de nove estados diferentes viajaram até Porto Alegre para se juntarem aos integrantes do Movimento no estado e trabalharam junto a outras organizações populares, produzindo mais de 178 mil refeições nas cozinhas solidárias estruturadas em Porto Alegre, Canoas, Arroio do Meio e Estela.

Segundo Alexania Rossato, uma das coordenadoras do MAB no estado, o Movimento enfrentou diversos desafios para conseguir

apoiar as comunidades atingidas diante da catástrofe que todos estavam vivenciando. *“No começo, havia uma dificuldade enorme de deslocamento até comunidades que estavam inacessíveis. Depois, precisamos aprender a produzir refeições em grande quantidade e criar uma logística para distribuir os alimentos para os mais necessitados – enquanto as chuvas se prolongavam. Tivemos também que articular os grupos de atingidos para uma garantia mais ampla dos direitos: não só o acesso à comida, mas à construção e reforma das casas, estruturação dos reassentamentos e acesso à saúde”*, explica a coordenadora.

Rossato conta ainda que, além de garantir a segurança alimentar nas áreas devastadas pela tragédia, as cozinhas também funcionaram como um espaço de acolhimento, união e articulação da população. Foi a partir dessa mobilização nas cozinhas que começamos a articular os grupos de atingidos para lutar por seus direitos. Ao todo, hoje são mais de três mil famílias organizadas no MAB para reivindicar a reparação do Estado, o que é um avanço importante. Ainda assim, Alexania explica que o Movimento tem tido dificuldades de dialogar com o poder público para o atendimento da pauta. Por isso, a mobilização precisa avançar. *“Quanto mais pessoas organizadas coletivamente, mais chances temos de conquistarmos nossos direitos”*, conclui.

### AMAZÔNIA: MOBILIZAÇÃO, AVANÇOS JURÍDI-

### COS E PARCERIAS PARA APOIAR COMUNIDADES

Diante das secas severas que assolam a região, o MAB tem atuado em diversas frentes: apoio emergencial à população que ficou sem acesso à água e alimentos, articulação com o poder público para reivindicar ações de prevenção e adaptação às mudanças climáticas e mobilização junto às instituições de justiça para garantir os direitos da população atingida.

Para além da distribuição de água, a partir da campanha Salve a Amazônia, um dos importantes avanços relacionados à atuação do Movimento na região foi a decisão da Justiça Federal que obriga governos (municipal, estadual e federal) a repararem a população atingida pela seca extrema em Porto Velho (RO), um dos estados mais atingidos pelas secas, com fornecimento de água e alimentos para as comunidades ribeirinhas do Rio Madeira. Em 24 de setembro, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Defensoria Pública da União (DPU) recomendaram que União, Estado e Prefeitura de Porto Velho adotassem medidas coordenadas para fornecimento de água potável, mas as providências não foram cumpridas. Assim, os órgãos fiscalizadores entraram na Justiça para obrigar o poder público a efetivar as ações emergenciais.



# Internacionalizando a luta dos atingidos: rumo ao IV Encontro dos atingidos por barragens e crise climática

O desafio de dar um passo a mais na luta dos atingidos no mundo e a construção da luta internacional os atingidos

Desde sua fundação, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) indicava que a luta pelos direitos das populações enfrentava empresas e organismos internacionais, e que para responder de forma adequada a agressão que os atingidos sofriam a perspectiva de articulações e incidência internacional era necessária.

Com essa visão foi organizado o primeiro Encontro Internacional de Atingidos e seus aliados na cidade de Curitiba, no Paraná, em 1997. E assim foi escrita a primeira declaração de caráter internacionalista que dizia:

*“Embora essas experiências reflitam a diversidade de nossas culturas e realidades sociais, políticas e ambientais, nossas lutas são uma só. Nossa luta é a mesma, porque, por toda parte, as barragens expulsam as pessoas de suas casas, inundam terras agrícolas férteis, florestas e lugares sagrados, destroem reservas pesqueiras e de abastecimento de água potável, provocam a desintegração social e cultural, assim como o empobrecimento econômico de nossas comunidades. Nossa luta é a mesma, porque, por toda parte, existe uma grande distância entre*

*os benefícios econômicos e sociais prometidos pelos construtores de barragens e a realidade do que acontece após a construção (Declaração de Curitiba 14 de março de 1997).*

E ao final da Declaração de Curitiba, os participantes do Primeiro Encontro Internacional afirmavam um compromisso de ação internacional e de unificação de um Dia Internacional em comum para os atingidos de todo o mundo, criando a data que hoje simboliza um momento de mobilização por justiça e pela vida.

*“Das pequenas cidades da Índia, Brasil e Lesoto, até os escritórios de Washington, Tóquio e Londres, forcaremos os construtores de barragens a aceitarem nossas exigências. Para fortalecer nosso movimento, vamos construir e reforçar redes regionais e internacionais. Para simbolizar nossa crescente unidade, declaramos que o 14 de março, Dia Nacional de Luta contra as Barragens brasileiro será, a partir de agora, o Dia Internacional de Luta contra as Barragens e Pelos Rios, Pela Água e Pela Vida” (Declaração de Curitiba 14 de março de 1997).*

Seguindo fieis a esta construção

histórica é que o MAB participou do Segundo Encontro Internacional em Rasi Salai, na Tailândia, em 2003, e no Terceiro Encontro realizado em Temacapulin, Jalisco, no México, em 2010.

Com a participação ativa em diversas regiões do mundo, em especial nas Américas, o MAB contribuiu para a construção do Movimento de Afectados por Represas (MAR), originado no ano de 2016, que hoje conta com a participação de mais de 25 organizações em 21 países da América, Europa, África e Ásia. *“A ação concreta de resistência e pressão popular, a formação política e técnica e a organização de movimentos fortes, são três pilares básicos e fundamentais que o MAR leva em conta ao longo de sua construção histórica”* (Revista EnMARcha nº1, 2021).

Esse processo de articulação internacional estimulou no último período a realização de uma reunião decisiva, que definiu pela construção do **IV Encuentro Internacional de Comunidades Afectadas por Represas y Crisis Climáticas. ¡En Marcha por la soberanía energética popular!**, a ser realizado em novembro de 2025, na Amazônia brasileira, reunindo organizações de atingidos, lutas e experiências de organização e resistência de todo mundo.

O caminho para a construção de um grande Movimento Internacional de Atingidos será fruto de um intenso trabalho coletivo, permeado por muito aprendizado e troca de experiências. É evidente a todos que participam destas construções internacionais, que este é um momento propício para um **salto de qualidade no Internacionalismo das populações atingidas**. Dessa forma, construindo o fortalecimento dos Movimentos dos Atingidos por Barragens em todas as partes do mundo e contribuindo com a construção de um mundo mais fraterno e igualitário.

***Internacionalizar as lutas é nossa esperança. Viva a luta dos atingidos no Brasil e no mundo.***



Foto: Arquivo MAB



# Uma década de luta por justiça na Bacia do Rio Doce

Em 2025, o crime da Samarco, Vale e BHP Billiton, que contaminou os litorais capixaba e baiano e toda bacia hidrográfica mineira completará 10 anos



Foto: Nívea Magno / MAB

Entramos neste ano diante de importantes desafios para a reparação integral aos atingidos pelo **crime socioambiental** ocorrido em 5 de novembro de 2015, **em Mariana (MG), na Bacia do Rio Doce**. Após um longo período de luta pela garantia da participação dos atingidos no processo de reparação, as mineradoras, o Governo Federal e as instituições de justiça firmaram um novo **acordo de Repactuação** que prevê a destinação, ao longo de 20 anos, de mais de **R\$100 bilhões** na região.

Apesar dos limites impostos neste processo, como a falta de informação e participação, a luta popular garantiu conquistas na Repactuação do Rio Doce, como a previsão de recursos específicos para a reparação de **mulheres, comunidades tradicionais e para a saúde**. “As discussões do que foi chamado de Repactuação Rio Doce iniciaram em 24 de fevereiro de 2021. Imediatamente, começamos a intervir, ainda por meio de reuniões online, para apresentar nossas pautas e pressionar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que mediava a mesa. Permitiram apenas algumas audiências online e nós não desistimos. No final de março de 2022, fizemos um Encontro de Lideranças da Bacia do Rio Doce, em Governador Valadares, que reuniu mais de 300 pessoas de Minas Gerais e Espírito Santo. Nesta atividade, foi aprovado um texto com 11 pontos de pauta, quase todos incorporados ao acordo final”, relembra Thiago Alves, integrante da coordenação nacional do MAB.

Para Thiago, o grande desafio foi a falta de informação. “Quando o governo Lula assumiu, algumas portas foram abertas e nós começamos a compreender as propostas e avaliar melhor as possibilidades, mas tudo muito disperso, sem informações oficiais. Pressionado pelas mineradoras, o Tribunal Regional Federal (TRF-6), que passou a mediar o acordo depois do CNJ, manteve o sigilo dos documentos. Como participar sem informação? Não é possível. Não houve participação, mas houve luta, e foi isso que nos permitiu chegar com conquistas nesta nova fase”, afirma.

Em nota divulgada no dia da assinatura em Brasília, o movimento reafirmou que considera como avanços três pontos fundamentais: o protagonismo do poder público na condução do processo de reparação; os fundos específicos destinados a diferentes públicos e necessidades (povos e comunidades tradicionais, mulheres, pescadores, agricultores familiares, etc.) e as ações em saúde. Além da continuidade da Assessoria Técnica Independente (ATI).

Porém, muitos encaminhamentos do acordo beneficiaram as empresas, como o valor irrisório de **R\$ 35 mil de indenização individual** para amplo público atingido, atrelado à exigência de quitação final dos danos; a exclusão de muitos povos e comunidades tradicionais das ações do acordo; a exigência de documentos para acessar os programas - em uma região onde reina a informalidade nas relações de trabalho - e o não reconheci-

to de áreas atingidas no Espírito Santo e no sul da Bahia. “O MAB foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 4 de novembro de 2024, justamente para questionar todas as questões que são atrasos e retrocessos neste acordo e que causam prejuízos aos atingidos. Como parte da luta, fizemos um ato em Mariana no dia 5 de novembro, com mais de 700 pessoas atingidas de Minas Gerais, Espírito Santo e sul da Bahia, para reafirmar que nunca abandonamos e jamais abandonaremos a luta”, afirma Thiago Alves.

Em 2025, o desafio é **garantir a inclusão de territórios e comunidades não reconhecidas** e avançar na garantia da efetiva participação do povo na implementação do acordo. Será um ano decisivo para as eleições estaduais e presidencial de 2026. A execução do acordo movimentará um enorme volume de recursos, que devem ser aplicados para garantir direitos ao povo atingido, e que não seja utilizado como instrumento político para a campanha eleitoral de Romeu Zema e seus aliados.

Sobre o tema, o Movimento afirma, ainda, que na esfera criminal, a luta pela punição aos responsáveis pelo maior crime socioambiental do país segue em disputa. “Diante da inadmissível decisão, preferida em novembro de 2024, de absolvição das mineradoras no processo criminal que tramitava no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), nos articularemos para que a impunidade não seja a tônica na década do crime”, pontua o dirigente.

Além disso, o MAB seguirá acompanhando e apoiando o **processo na Inglaterra**, cujo desfecho deve ocorrer em junho de 2025. “E tudo isso conectado com a organização dos atingidos para o Encontro Internacional dos Atingidos e Atingidas, que vai acontecer em Belém no mês da Conferência do Clima (COP 30) e dos 10 anos do crime na Bacia do Rio Doce. Momento de fazer um balanço de um ano do acordo e levar para o debate internacional as denúncias dos crimes das empresas e as conquistas que só a luta popular pode alcançar”, conclui.



# Conquistas da luta coletiva do MAB 2024

Em 2024, os atingidos do MAB intensificaram a luta por direitos em todo o país em atos, eventos e articulações nacionais, **mas também celebrou conquistas dos atingidos em diversos territórios**. Sejam vitórias judiciais contra grandes empreendimentos, avanços na reparação de populações, formalização de assentamentos ou projetos de inclusão produtiva e acesso à energia, que vão permitir que as populações atingidas possam reconstruir suas vidas com acesso à terra, proteção jurídica e perspectivas de um futuro mais digno e justo.

Confira, a seguir, algumas das conquistas da luta coletiva do Movimento.



Foto: Ministério da Saúde

## MAB CONCRETIZA PARCERIA COM A FIOCRUZ E O MINISTÉRIO DA SAÚDE

Em 2024, o MAB lançou o Projeto “**Saúde e Direitos Humanos: vigilância popular e participativa em saúde e ambiente nos territórios atingidos por barragens**” em parceria com o Ministério da Saúde e a Fiocruz. O objetivo é promover e apoiar ações de vigilância popular em saúde, ambiente e trabalho e preparar as populações do território para identificar, monitorar, comunicar e registrar o surgimento ou agravamento de danos causados pela construção e/ou presença de barragens. O projeto prevê a capacitação dos atingidos junto às equipes de **vigilância em saúde do SUS** em diferentes territórios do país. Esse é o início da reparação histórica do direito das populações atingidas, a partir da aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).



Foto: Caio Mota

## RIO ARINOS LIVRE: ARQUIVAMENTO DA UHE CASTANHEIRA (MT)

Em **Mato Grosso**, as comunidades rurais e indígenas que vivem próximas ao **Rio Arinos** celebraram uma importante vitória: **o arquivamento da construção da UHE Castanheira**. O empreendimento ameaçava alagar cerca de 10.000 hectares de floresta, comprometendo a biodiversidade e os modos de vida locais. Mais de 50 famílias das comunidades Pedreira e Palmital, que atuam com agricultura familiar, seriam diretamente atingidas. As áreas ameaçadas também abrigam 142 nascentes de água, 28 iniciativas de recuperação ambiental e 25 propriedades banhadas pelo rio. A conquista foi documentada no média-metragem “**ARINOS: uma história única de um filme repetido**”.



Foto: Patrícia Sousa

## AVANÇO JUDICIAL EM BRUMADINHO (MG)

Na **Bacia do Paraopeba**, território atingido desde 2019 pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, os atingidos conquistaram a inversão do ônus da prova nos julgamentos sobre as indenizações individuais. Isso significa que, nos processos, **a Vale é que terá que provar para a justiça que não cometeu o dano sofrido pelo atingido**.

Provar o dano sofrido é um dos grandes impasses enfrentados na reparação, já que, por vezes, as empresas exigem um enorme volume de documentos, muitos deles inacessíveis. A decisão é importante para todo país, pois abre o precedente para tratar casos semelhantes.





Foto: Anélia Gomes / MAB

## COZINHAS SOLIDÁRIAS E ARTICULAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

No **Rio Grande do Sul**, diante de um dos maiores desastres climáticos da história do país, militantes do MAB se juntaram a diferentes organizações sociais em uma grande mobilização para acolher, apoiar e alimentar milhares de **atingidos pelas enchentes**. Através das cozinhas solidárias, os militantes trabalharam diariamente na produção de marmitas entregues para as famílias desabrigadas. Foram 178 mil refeições distribuídas, além de milhares de litros de água e kits de higiene e limpeza.



Foto: Arquivo MAB

## ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE (MG)

Em **Minas Gerais**, a população de **Itatiaiuçu** conquistou a permanência de um direito fundamental para o processo de reparação: a **Assessoria Técnica Independente (ATI)**. Há cinco anos, mais de mil famílias do município enfrentam os danos causados pelo risco iminente de rompimento da barragem da mina Serra Azul, de propriedade da ArcelorMittal. A ATI é um **instrumento fundamental para garantir apoio técnico** aos atingidos para compreender, dimensionar e cobrar a devida reparação aos danos sofridos.



Foto: Coletivo de Comunicação MAB RO

## SEGURANÇA HÍDRICA E ALIMENTAR PARA ATINGIDOS DA AMAZÔNIA

Em **Rondônia**, o MAB atuou ativamente aos atingidos pela **seca extrema**, através da articulação junto às instituições de justiça, ao poder público e à sociedade civil para garantir os direitos básicos de comunidades que ficaram isoladas. A partir da luta coletiva, **os atingidos alcançaram vitórias significativas**: cisternas amazônicas; auxílio pesca; cestas de alimentos; mais de 30 mil litros de água potável com as campanhas Água Para a Vida e Salve a Amazônia; 2.500 filtros de água de nanotecnologia.



Foto: Arquivo MAB

## REASSENTAMENTO: AGROVILA ÁGUAS DE ACAUÃ (PB)

Em 2024, 100 famílias atingidas pela **Barragem de Acauã**, no município de Itatuba, na Paraíba, celebraram a conquista do **reassentamento** destinado aos pequenos produtores, que perderam suas casas e suas terras quando a barragem transbordou, em 2004, e inundou seis comunidades. Antes mesmo da inauguração oficial da Agrovila, os produtores já realizaram diversas atividades na área, como a celebração de uma **colheita histórica de algodão branco agroecológico consorciado**.



Foto: Arquivo MAB

## MORADIAS PARA SÃO SEBASTIÃO (SP)

No **litoral paulista**, os atingidos pela tragédia climática de São Sebastião, que aconteceu em 2023, **conquistaram, por meio da luta coletiva, 704 casas**, entregues pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Entre os contemplados, estão as famílias que ficaram abrigadas na Vila de Passagem, no Centro de São Sebastião e atingidos de outros bairros, que se organizaram junto ao MAB para pressionar o governo do estado pelo **direito à moradia digna**.



# Defender a Amazônia é defender a vida

Diante do agravamento da crise climática e aceleração da destruição da floresta, proteção da Amazônia nunca foi tão importante



Foto: Coletivo de Comunicação MAB RO

Ao longo do ano de 2024, apesar da queda de 30,6% do desmatamento da Amazônia, a degradação florestal foi a maior dos últimos 15 anos, ao mesmo tempo a Amazônia teve o maior número de focos de calor dos últimos 17 anos. Esses dados evidenciam que primeiro, **a crise climática se acelerou como nunca** - pela primeira vez, o aumento da temperatura global ultrapassou 1,5 °C ao longo de um ano inteiro, ao mesmo tempo em que as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no mundo estão aumentando e batendo recordes e em segundo, que **“nunca na história da Amazônia se extraiu tanta riqueza, num ritmo tão intenso”**, estamos vivenciando um processo sem precedentes de destruição da floresta. (Trecho da carta do II Encontro de Atingidos e Atingidas da Amazônia, 2022).

A Amazônia é fundamental para o clima do planeta por vários motivos, para a regulação do clima e das chuvas na América Latina e

no Brasil, e o armazenamento de água doce e reciclagem de umidade. Há um consenso entre os especialistas que ao menos 12% da floresta amazônica já tenham sido devastada, a maior parte dessa destruição está relacionada a como o país se desenvolveu - a exportação de commodities como a soja, minério de ferro e proteína animal, a produção de energia elétrica com grandes hidrelétricas, a abertura de estradas cortando a floresta, e etc. Essa devastação compromete todas as funções ecossistêmicas da floresta e faz com que a Amazônia seja uma das maiores fontes de emissões de gases de efeito estufa do Brasil e do mundo, além de não produzir um avanço econômico considerável, agravando a desigualdade social já presente. A informalidade no trabalho é elevada, a formação profissional é insuficiente, e os rendimentos ficam abaixo das médias do país.

**“Defender a Amazônia é defender a Vida!”** - essa afirmação nunca foi tão significativa, uma vez

que sem proteção da Amazônia não existe redução das emissões, e portanto não há combate ao aquecimento global, para isso é necessário um modelo de desenvolvimento que considere a geração de renda com a floresta em pé, a melhora da qualidade de vida dos 28,1 milhões de habitantes da região e que esses sejam ouvidos e tenham seu protagonismo nessa proteção reconhecidos, **“a resposta somos nós”** - povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pequenos agricultores e agroextrativistas.

É nosso compromisso defender a Amazônia. Por isso devemos seguir organizados e em marcha em 2025.

## A COP 30 NO BRASIL É UMA OPORTUNIDADE PARA AMPLIARMOS A NOSSA LUTA

Desde pelo menos 1972, com a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, o mundo já conhece a relação entre a destruição ambiental e o aquecimento global. De lá para cá, a situação tem se agravado apesar de todas as conferências internacionais e discussões propostas pelos governos e Estados.

Em 1992 o Brasil recebeu a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra, que estabeleceu alguns dos maiores avanços nessa discussão - “a cooperação entre os países para promover um sistema econômico que favoreça o desenvolvimento sustentável” e a ideia de que “a paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis” - isto é, sem paz, cooperação e um desenvolvimento econômico sustentável não existe possibilidade de construir saídas para a crise climática. O MAB teve um papel decisivo na Rio-92, defendendo a dimensão social do aspecto ambiental e denunciando o impacto da expansão das hidrelétricas e grandes barragens no Brasil.

A Conferência das Partes (COP),



que é a reunião anual dos representantes de países e territórios signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), que define medidas voltadas para a diminuição da emissão de gases do efeito estufa numa tentativa de conter o aquecimento global e as mudanças climáticas, será realizada pela primeira vez no Brasil, retornando à América Latina, em sua 30ª edição.

**O capital tem utilizado a situação climática e a grave crise da economia para reorganizar sua estratégia de poder e dominação**, a partir da disputa geopolítica pelo controle dos recursos estratégicos para promover a transição energética, as iniciativas do chamado “mercado” disfarçadas de “capitalismo verde”, que querem transformar o clima em mais um grande negócio. Os grandes grupos financeiros tentam aproveitar a situação como oportunidade para ampliar seus negócios e lucros, por meio da financeirização e alargamento da propriedade privada sobre os bens da natureza, o clima e áreas econômicas estratégicas (*Trecho da carta Nossa posição frente aos desafios da transição energética popular na Amazônia, 2023*).

Nossa luta é para que seja reconhecido o papel fundamental dos povos e comunidades tradicionais e originárias para o cli-

ma, assegurar sua participação, forçar o país a enfrentar os interesses econômicos para garantir um crescimento mais justo, com distribuição de renda, sem ampliar nossas emissões, com a proteção dos nossos biomas e territórios, por uma transição energética que tenha soberania, distribuição da riqueza e controle popular da energia como parte de uma estratégia de projeto para o Brasil.

**Para isso é preciso um amplo processo de mobilização dos povos do mundo para mudanças estruturais**, a luta central é mudar o modo de produção, que coloca o lucro acima da vida e do planeta. A resposta para a crise climática só virá pelas mãos dos que sentem na pele o impacto dessa crise, não é possível esperar que as classes dominantes, que foram as mais responsáveis por chegarmos a essa crise agora garanta sua solução.

Participamos da COP 29, que aconteceu em novembro de 2024, em Baku, no Azerbaijão, a expectativa era que os países acordassem o financiamento de ações para combater a crise climática, o resultado foi muito abaixo do esperado, demonstrando mais uma vez a insuficiência desse espaço. Todos os grandes avanços que ocorreram para soluções verdadeiras mesmo no espaço da Conferência só foram possí-

veis pois houveram grandes processos de mobilização, isso não ocorreu em grande medida nas últimas edições principalmente por conta do contexto dos países que sediaram a Conferência, mais fechados, outro ponto é que a condução de todo esse processo tem sido sequestrada pelos interesses do capital, como o agronegócio, mineração e a indústria de combustíveis fósseis.

**Anunciamos que a COP 30 em Belém do Pará, será um momento de lutas**, para mudar essa realidade, por isso nos propomos a construir uma intensa jornada de mobilização neste período, em novembro de 2025, com participação das populações atingidas do Brasil e do mundo, construindo o IV Encontro Internacional de Comunidades Atingidas por Barragens e Crise Climática, a Cúpula dos Povos Rumo à COP 30 e demais mobilizações da classe trabalhadora.



Foto: Patrícia Sousa

**APOIE AS  
POPULAÇÕES  
ATINGIDAS!**



**#MABemLuta  
#AtingidosDoBrasil**



# Entrevista | Thiago Mioto: “Comunidades da Amazônia ficaram sem qualquer acesso à água potável por um longo período, situação que não pode ser tolerada em nosso país”

Diante da seca recorde no Rio Madeira, MAB atuou em conjunto com instituições de justiça para garantir direitos aos atingidos



Foto: Coletivo de Comunicação MAB RO

Desde o último mês de julho, a população das comunidades ribeirinhas que vivem às margens do Rio Madeira, em Porto Velho (RO), enfrentam um dos períodos mais críticos de sua história. A seca que atinge Rondônia tem deixado as mais de 50 comunidades instaladas ao longo do curso d’água em situação de calamidade. Em setembro, a cota do rio caiu para 25 cm, a menor desde 1967, quando começaram as medições. Diante da situação, falta água, alimentos, medicamentos e transporte para os atingidos.

Neste contexto, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem atuado em articulação com instituições de justiça, como a Defensoria Pública, pressionando os órgãos competentes para implementarem ações emergenciais de atendimento à população, e também elaborarem planos de atuação que possam prevenir situações de calamidade, já que as secas severas se tornaram recorrentes na região.

Na última quarta, 04, a Justiça Federal, em resposta à ação coletiva patrocinada pelo Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT)

e a Defensoria Pública da União (DPU), determinou que os governos (federal, estadual e municipal), distribuam alimentos e água potável para a população do Baixo Madeira, imediatamente. A ação foi protocolada depois de recomendação direcionada aos órgãos públicos que não foi atendida a contento. Para Thiago Mioto, diante da intensificação das mudanças climáticas, é inconcebível que os governos deixem as populações atingidas desassistidas, como aconteceu em Rondônia. Segundo o defensor, a atuação do poder público precisa ser mais preventiva e mais efetiva. Confira entrevista na íntegra: **Quais os principais direitos humanos que são mais frequentemente violados em decorrência das mudanças climáticas?**

Direito à saúde, direito à água, direito à alimentação adequada, direito à moradia. São inúmeros os direitos que as mudanças climáticas já estão afetando. As violações tendem a se agravar se o cenário atual não for revertido.

**Com a intensificação das mudanças climáticas no país, você acredita que precisaremos reverter nossa legislação no que diz**

**respeito às questões relacionadas à reparação de desastres ambientais?**

A Constituição da República de 1988 possui uma grande preocupação com o cuidado ao meio ambiente, já trazendo a previsão de que sua proteção visa a sobrevivência não só das gerações atuais, mas também das futuras. A responsabilidade pela proteção ambiental é ampla, não só dos entes públicos como dos particulares. Diante do avanço das alterações climáticas, recentemente, foi promulgada a Lei nº 14.904, de 27 de junho de 2024, que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima. A legislação ainda não é a ideal, mas já existem previsões e instrumentos importantes para atuação nos casos de grande impacto ambiental.

Mais importante que alteração da legislação, talvez seja a efetiva implementação das medidas já previstas pelos entes públicos, tal como o fortalecimento dos órgãos de controle e da fiscalização ambiental.

**Quais grupos sociais são mais afetados pelas mudanças climáticas e por que?**

As comunidades tradicionais são as que mais sofrem. Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de pescadores, pequenos agricultores, são os que possuem relação mais próxima e de maior dependência com o meio ambiente, o que implica numa maior vulnerabilidade a fenômenos como incêndios e estiagem dos rios.

Essas comunidades são também as que mais protegem o meio ambiente, ao contrário do que ocorre na maioria das grandes propriedades de terra. Por isso, a



importância da proteção desses grupos, já que é positivo para o meio ambiente e toda a sociedade a permanência deles em seus territórios.

### **Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades atingidas pelas mudanças climáticas para acessar a justiça e fazer valer seus direitos?**

O acesso à justiça sempre é mais difícil às populações mais vulneráveis, mesmo para se valer de direitos básicos, em qualquer área do direito. Impactos causados por mudanças climáticas são complexos e por vezes causados por grandes empresas e pelo próprio poder público, o que torna essa dificuldade ainda maior. Por isso, a importância da atuação de instituições autônomas como a Defensoria Pública e o Ministério Público, articulada com os movimentos sociais, já que estas instituições são dotadas de prerrogativas e de instrumentos jurídicos importantes para promover esse acesso à justiça.

A Defensoria Pública da União (DPU) tem tido importantes atuações em causas de grande impacto, como no caso do rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho (MG) e nos danos causados pela empresa Braskem, em Alagoas. Na tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, a DPU coordenou uma força-tarefa chamada de Caravana de Direitos na Reconstrução do Rio Grande do Sul, projeto muito bem-sucedido.

### **No caso da seca amazônica, qual a situação das comunidades mais afetadas e como o poder público tem atuado para ampará-las? Quais os limites dessa atuação?**

As comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e de pequenos agricultores foram as mais afetadas. Ocorreram iniciativas do poder público, municipal, estadual e federal, que promoveram algumas ações e assistência às populações atingidas. Em Rondônia, por exemplo, está havendo a entrega de cestas básicas pelo governo federal às comunidades mais afetadas.

No entanto, essa atuação dos entes não se deu na dimensão necessária, considerando a urgência e a gravidade do que essas populações enfrentaram, tendo ocorrido manifesta falta de planejamento. Diversas comunidades ficaram sem qualquer

acesso à água potável por um longo período, sem que os entes conseguissem levar água a essas pessoas, situação que não pode ser tolerada em nosso país.

### **Quais as principais estratégias utilizadas na defesa dos direitos das populações atingidas pelas mudanças climáticas pela defensoria pública?**

Nesta semana tivemos uma importante conquista, que foi a decisão da 5ª Vara Federal de Rondônia, que concedeu a tutela de urgência na ação civil pública que teve por objeto a falta de água na Região do Baixo Madeira, em Porto Velho, onde vivem milhares de pessoas. Essa ação é um grande exemplo de como utilizar um instrumento judicial em favor de um grupo vulnerável que vem sofrendo um grande impacto causado pelas alterações climáticas.

O caso ilustra também a importância de uma atuação integrada da sociedade civil, de movimentos como o MAB, e de instituições públicas. No caso, a ação foi ajuizada pela Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho.

Um ponto importante da decisão foi a determinação de que a União, o Estado de Rondônia e o município de Porto Velho “apresentem e iniciem a execução de um plano coordenado e integrado para enfrentamento das crises hídricas e humanitárias futuras, contemplando medidas preventivas e de resposta, como construção de poços artesianos, instalação de cisternas, ampliação de sistemas de captação e distribuição de água e implementação de sistemas de filtração; assim, devem os réus comprovar mediante reuniões entre os órgãos estratégicos dos entes requeridos, para que fixe o prazo de 10 (dez) dias para serem iniciadas, visando a implementação desse plano”. O entendimento do juiz federal demonstra que a atuação preventiva é fundamental para que tragédias causadas pelas alterações climáticas sejam minimizadas e não se repitam.

### **Como o defensor público trabalha em parceria com outras instituições e movimentos sociais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas?**

Para a Defensoria Pública da União, a aproximação com as demais instituições, com a sociedade civil e com os movimentos

sociais é essencial. A DPU possui, em quase todos os estados do país, um defensor/a que ocupa o cargo de Defensor(a) Regional de Direitos Humanos, denominado de DRDH. Esse defensor possui uma atuação especializada em matérias de direitos humanos e causas coletivas, o que possibilita e tem por finalidade esse contato constante com os movimentos sociais. É justamente do contato com a sociedade civil que o defensor vai conhecer as principais demandas, as violações mais graves. Enfim, a realidade de cada local e de cada comunidade, suas prioridades e em quais áreas a incidência do defensor vai ser mais importante.

### **Quais os principais desafios enfrentados pelos defensores públicos na defesa dos direitos das populações atingidas pelas mudanças climáticas?**

A defensoria pública tem avançado muito nos últimos anos, mas ainda falta uma melhor e maior estrutura. No caso da Defensoria Pública da União, o orçamento é muito baixo, se comparado com as demais instituições. Causas de grande impacto demandam, por exemplo, que a Defensoria tenha uma equipe multiprofissional, como assistentes sociais, engenheiros, peritos, etc., o que ainda quase não existe na defensoria. Além disso, o defensor precisa estar sempre presente nas comunidades, dialogar com a população, conhecer cada território. O que exige equipe de apoio estruturada e maior investimento na DPU.

### **Como prevenir situações como o desamparo que as populações de Rondônia viveram nessa última seca?**

Uma atuação preventiva mais efetiva e mais coordenada entre as três esferas da federação. Além disso, ouvir e permitir a participação da população atingida e dos movimentos sociais na construção dessas políticas e soluções é imprescindível. Muitas vezes, essa população detém muito conhecimento sobre quais são as medidas que necessitam ser adotadas em seu território para evitar essas tragédias.



# Resultado das eleições municipais de 2024 preocupam

Avanço da extrema direita nos municípios indica cenário mais difícil e necessidade de ampliar a nossa luta

O resultado das eleições municipais de 2024 não foi bom para o povo brasileiro e evidenciou as limitações das forças de esquerda. Dos aproximadamente 156 milhões de eleitores aptos, 122 milhões (78,32%) compareceram às urnas, mas o desempenho mostrou a **difículdade da esquerda ter força suficiente para conquistar vitórias significativas**.

Entre as 5.569 prefeituras, os partidos de esquerda conquistaram apenas **600 (10%)**, enquanto a extrema direita saiu vitoriosa em quase 2.000 prefeituras (36%) e cerca de 3.000 ficou com a centro-direita. Para as 58.433 vagas de vereador, o bloco de esquerda conseguiu eleger cerca de **7.800 representantes (13%)**, ao passo que a extrema direita conquistou

aproximadamente 20.600 cadeiras (35%). No caso das capitais, das 26 cidades, apenas duas serão administradas pela esquerda. E das 103 cidades com mais de 200 mil eleitores, apenas oito estarão sob gestão de partidos de esquerda — um número muito inferior ao registrado em 2008, quando só o PT chegou a governar 28 dessas localidades.

Os resultados evidenciam a **hegemonia das forças de direita e extrema direita**, que venceram as eleições municipais. Essa situação reflete, em parte, a influência dos demagogos e da onda fascista, que tem atraído parcelas significativas da sociedade. A direita e a extrema direita obtiveram a maior parte dos votos válidos e estarão à frente da administração da maior par-

cela dos orçamentos municipais. A extrema direita governará 55 milhões de eleitores (35%), a centro-direita, 85 milhões (55%), e a esquerda, apenas 15 milhões (10%).

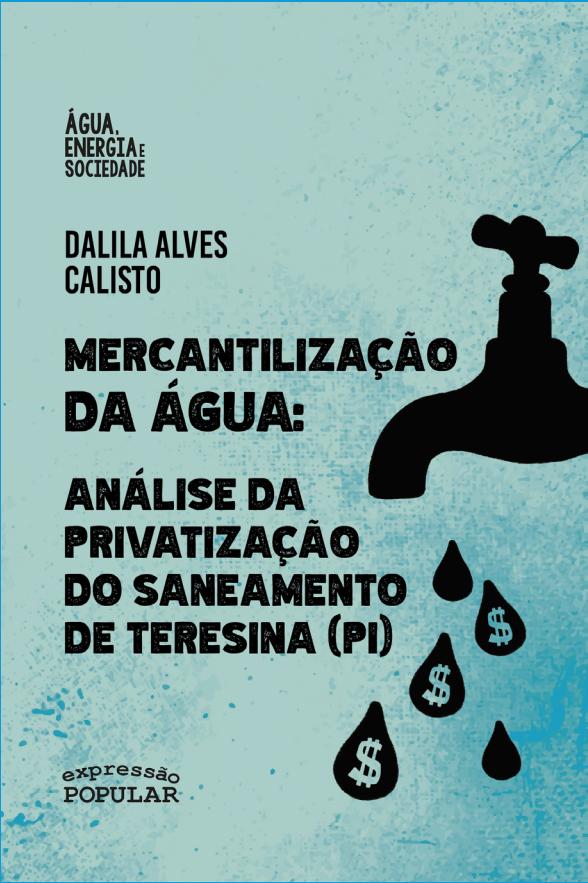
Outro aspecto preocupante no cenário eleitoral de 2024 foi a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, que evidencia a força de extrema direita com características fascistas.

Diante dessa realidade não podemos cair em ilusões e nem idealismos. Os resultados gerais não foram bons. E o cenário para a disputa eleitoral de 2026 tende ser uma das situações mais difíceis e desafiadoras. A agressividade fascista, torna a campanha, desde já, mais *“ampla, mais complexa e mais encarniçada”*.

Se queremos evitar que o povo brasileiro volte a viver as experiências mais amargas e ser governado pelos piores inimigos da classe trabalhadora, será fundamental avançar nas iniciativas apontadas no editorial deste jornal - **unir forças, ousar e avançar**.

## Conheça a coletânea “Água, energia e sociedade”.

### Uma parceria do MAB com a editora Expressão Popular:



**SIGA O MAB  
NAS REDES**



MAB.org.br



@MAB\_Brasil



@mabbrasil



facebook.com/mabbrasil



youtube.com/mabbrasil



@atingidosporbarragens